

RS ocupa segundo lugar em novo cadastramento de armas no país

RS já recadastrou mais de 5,1 mil armas após decreto

BRUNA VIESSERI

bruna.viesseri@zerohora.com.br

Após o decreto que determina mudanças no registro de armas, 38.513 equipamentos foram recadastrados, até 10 de fevereiro, junto à Polícia Federal no país. No Rio Grande do Sul, o segundo Estado que mais submeteu armamentos ao processo até agora, foram 5.146 em 10 dias.

No total, proprietários de armas têm 60 dias para regularizar a situação, contados a partir de 1º de fevereiro. Um levantamento divulgado pelos institutos Sou da Paz e Igarapé,

mostra que o número parcial é baixo: o Brasil encerrou o ano de 2022 com a marca de 2,9 milhões de armas nas mãos de civis – incluindo equipamentos registrados para defesa pessoal de civis, armas particulares de militares e de CACs.

O decreto que prevê a mudança foi assinado pelo governo federal em 1º de janeiro, logo após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República. O documento determina que todas as armas de fogo registradas no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas

(Sigma), do Exército, devem ser recadastradas e inseridas no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), mantido pela PF, ligada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A alteração vale para todas as armas que tenham sido adquiridas ou recebidas por transferência a partir de 7 de maio de 2019. Isso inclui o grupo de CACs (Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador), que fica inscrito no Sigma.

O processo de recadastro começou em 1º de fevereiro e ficará aberto por 60 dias. Assim, o proprietário da arma, seja de calibre permitido ou restrito, deve preencher formulário digital disponível na página da Polícia Federal, no link gzh.rs/recadstra.

No caso de arma de calibre restrito, o proprietário também deve

apresentá-la em alguma das delegacias da Polícia Federal. Essa etapa presencial precisa ser agendada no momento do preenchimento do formulário online. É preciso levar documento de identificação pessoal, protocolo de agendamento, certificado de registro da arma no Sigma e guia de tráfego emitida pelo Exército. No link gzh.rs/delegaciaprff, é possível ver os endereços da PF no RS.

Até o dia 10, o RS havia recadastrado 5.146 equipamentos, ficando atrás apenas de São Paulo, com 8.138 armas submetidas ao procedimento. O número abrange calibres permitidos e restritos. Na sequência, vêm Goiás (3.863), Paraná (3.691), Minas Gerais (3.354), Santa Catarina (2.898) e Rio de Janeiro (2.105). O país já recadastrou 38.513 armas.

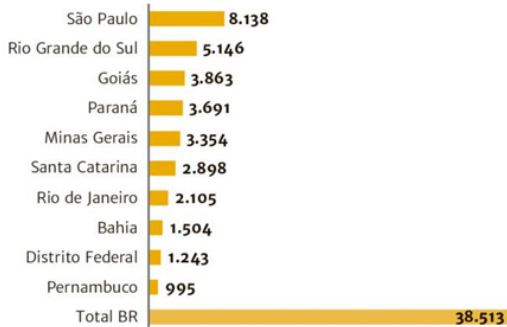
O volume representa mais do que o dobro dos 1,3 milhão de armamentos particulares que existiam no país em 2018, antes de flexibilizações feitas pelo governo de Jair Bolsonaro, que afrouxou regras não só para aquisição de armas, mas também para comercialização. Os dados foram obtidos por Lei de Acesso à informação pelos institutos Sou da Paz e Igarapé.

A alteração no registro foi apenas uma das medidas implantadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Defendendo política mais rígida ao uso de armas pela população, o presidente também diminuiu o total de armas e munições permitidas para CACs no país e proibiu que as armas estejam muniçadas durante o deslocamento delas até clubes de tiro.

Especialistas ouvidos por ZH divergem sobre as medidas (*veja mais ao lado*).

Os números

Balanço parcial corresponde a dados obtidos até o dia 10



Estimativa de armas nas mãos de civis: 2,9 milhões

Fonte: Polícia Federal e Instituto Sou da Paz

Estão listados apenas os 10 Estados com maior número de recadastramentos

Nova determinação divide opinião de especialistas

Para Felipe Angeli, gerente de Relações Institucionais do Instituto Sou da Paz, organização que defende maior restrição ao uso de armas no país, a mudança foi uma escolha responsável e acertada.

– É preciso ressaltar que ter uma arma de fogo não é um direito, é um privilégio que o Estado concede desde que sejam seguidas algumas condições. É o mesmo com a carteira de motorista, por exemplo. Se o Estado identifica que esse privilégio pode gerar algum risco, ele pode modificar regras, fazer ajustes.

O gerente do instituto também afirma que, após as flexibilizações, pessoas ligadas ao crime organizado têm se utilizado de laranjas para adquirir armamento legalmente e utilizá-lo em ações criminosas. Assim, o recadastramento também servirá para verificar se essas armas compradas nos últimos anos permanecem sob a posse dos proprietários, defende.

Para Angeli, o sistema de gerenciamento de armas do Exército é repleto de falhas e a instituição não tem buscado formas de resolvê-las. Outro problema no Sigma, segundo o instituto, é de que não é possível saber para quais cidades e Estados os armamentos são liberados.

Há quem considere a medida um retrabalho e uma exposição perigosa. Proprietário da Magaldi Escola e Clube de Tiro, em Porto Alegre, Dempsey Magaldi lista problemas que a alteração pode acarretar.

Um deles é o risco que correm os civis que precisão transportar armamentos maiores, como fuzis, até delegacias da Polícia Federal. Segundo ele, além de sofrerem um possível acidente no caminho, também há chance de roubo:

– Não vejo sentido em toda essa mobilização, especialmente em fazer as pessoas passarem por esse risco do deslocamento. É desnecessário e perigoso. Coloca em risco o proprietário da arma e a sociedade como um todo. Tem pessoas que moram em regiões afastadas, no Interior, e terão de rodar com essa arma até alguma sede da PF. E se vazar a informação de quando eles farão esse trajeto?

Magaldi afirma ainda que não haveria necessidade de refazer o cadastro, já que o Exército possui as informações. Outro problema é o período para fazer o procedimento. Para Magaldi, os 60 dias não serão suficientes para que todos os proprietários de arma consigam regularizar a situação.

“

É preciso ressaltar que ter uma arma de fogo não é um direito, é um privilégio que o Estado concede desde que sejam seguidas algumas condições.

FELIPE ANGELI

Gerente do Instituto Sou da Paz

“

Não vejo sentido em toda essa mobilização, especialmente em fazer as pessoas passarem por esse risco do deslocamento. É desnecessário e perigoso.

DEMPSEY MAGALDI

Proprietário de clube de tiro

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Novo Controle **Página:** 23